



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Vereadores de Butiá

PROJETO DE LEI Nº 1865/2001

VOTAÇÃO		
Data	Resultado	
28/12/01	Ref. 6x4 - 9x10	
OBSERVAÇÕES		
R.U.	Data	Resultado
Vistas:		
Outros:		

Comissões Permanentes de

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.
FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS.

Processo Nº <u>2167</u>	Data: <u>27</u> / <u>12</u> / <u>2001</u>
--------------------------------	--

Promovente: PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR A JUNTA ADMINISTRATI-
VA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, 566 - Fone/Fax 652-1780

A T O N.º 229

INCLUI O PROJETO DE
LEI N.º 1865 , DO EXECUTIVO, NA
PAUTA DOS TRABALHOS.

Ver. CARLOS MARION G. SCHNADELBACH,
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, no uso de suas
atribuições legais e na forma regimental, de conformidade com o artigo 35,
inciso I, letra "f", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores
de Butiá, inclui na pauta dos trabalhos, o Projeto de Lei n.º 1865 , do
Executivo.

Outrossim, a Presidência, usando das atribuições que
lhe confere o artigo 54, do Regimento Interno da Câmara Municipal de
Vereadores de Butiá, encaminha o Projeto de Lei n.º 1865 , do Executivo, às
Comissões Permanentes, para na forma regimental, receber o Parecer das
mesmas.

Sala das Sessões, 27 de dezembro de 2001.

Ver. Carlos Marion G. Schnadelbach
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 27 de dezembro de 2001.

Ver^a. Gladis Maria M. Menezes
1ª Secretária



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ

Butiá, 27 de dezembro de 2001.

SENHOR PRESIDENTE:

Com a presente o Poder Executivo encaminha a essa Casa legislativa, para apreciação e aprovação do presente projeto de lei que trata da criação da Junta Administrativa de Recursos de Infrações de Trânsito – JARI, no município de Butiá.

Suas funções estão definidas no Artigo 17 do CTB: julgar os recursos interpostos pelos infratores; solicitar aos órgãos e entidades executivas de trânsito e executivas rodoviárias informações complementares relativas aos recursos, objetivandp uma melhor análise da situação ocorrida; encaminhar aos órgãos e entidades executivas de trânsito informações sobre problemas observados nas autuações e apontamentos em recursos, e que se repitam sistematicamente.

A JARI é vinculada ao Núcleo de trânsito e é tão indispensável quanto ele. Assim como a inexistência do órgão implica na impossibilidade absoluta do controle de infração, sem a JARI serão inválidas todas as autuações dos quais decorrem recursos administrativos.

Por esta razão, Senhor Presidente e Senhores Vereadores e, também, por ser de vosso conhecimento a importância do referido Projeto, solicitamos que o mesmo seja votado e aprovado em Sessão Extraordinária, devido a sua urgência Urgentíssima.

Atenciosamente,


FERNANDO RUSKOWSKI LOPES
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ

PROJETO DE LEI Nº 1865

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL A CRIAR A JUNTA
ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE
INFRAÇÕES DE TRÂNSITO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO RUSKOWSKI LOPES, Prefeito Municipal de Butiá, no
uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e
promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica criada a Junta Administrativa de Recursos de
Infração de Trânsito – JARI, que funcionará junto ao Núcleo de Trânsito, pertencente à
Secretaria Municipal de Obras e Saneamento, com as atribuições e competências que lhe
confere a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que dispõe sobre o Código de Trânsito
Brasileiro.

ARTIGO 2º - A Jari fará o julgamento dos recursos interpostos com
relação a autuações por infrações de trânsito de competência municipal.

§ 1º - Os membros da JARI reunir-se-ão, ordinariamente, quatro vezes
ao mês, e, extraordinariamente, sempre que o Prefeito Municipal convocá-los.

§ 2º - Os membros da JARI receberão, à título de geton, R\$ 50,00
(cinquenta reais) por reunião.

ARTIGO 3º - Integrarão a Jari os seguintes membros, com respectivos
suplentes:

- I – um representante da Prefeitura, que a presidirá;
- II – um representante do Núcleo de Trânsito;
- III – um representante do Conselho Municipal de Trânsito-CMT;
- IV – um representante do meio comunitário, indicado pela UBAM.

ARTIGO 4º - A escolha dos membros deverá recair sobre pessoa de
ilibada conduta e com conhecimentos sobre assuntos de trânsito, nomeados pelo Prefeito
Municipal.

ARTIGO 5º - A organização e funcionamento da JARI serão regulados
através de Regimento aprovado pelo órgão colegiado e homologado pelo Prefeito
Municipal.

ARTIGO 6º - O mandato dos membros da JARI será de um ano,
permitida uma recondução.

ARTIGO 7º - Em caso de substituição de membros da JARI em meio
a um mandato, o substituto cumprirá o tempo restante, tendo como limite de permanência
consecutiva o mandato seguinte.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ

ARTIGO 8º - A Falta injustificada a três reuniões seguidas ou cinco intercaladas, no período de um ano, implica na perda do mandato do membro da JARI.

§ Único - O Presidente da JARI terá seu Geton acrescido de 50% (cinquenta por cento).

ARTIGO 9º - A Administração Municipal, através de seu setor competente, prestará apoio administrativo e financeiro para o regular funcionamento da JARI.

§ Único - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

2.033 - Manutenção dos Serviços de Trânsito

3.1.9.0.11.01.00 - Vencimentos e Vantagens fixas dos Servidores

3.1.9.0.11.03.00 - Subsídios

ARTIGO 10 - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em

FERNANDO RUSKOWSKI LOPES
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Em

TIARAJU GONÇALVES PERELLÓ
Procurador do Município



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, nº 566 - Fone/Fax 652-1780

AUTÓGRAFO N.º 204

PROJETO DE LEI N.º 1865
De: 27 de dezembro de 2001

Ver. CARLOS MARION G. SCHNADELBACH, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, no uso de suas atribuições legais, DECLARA que, nesta data, esta Casa Legislativa rejeitou, em sessão extraordinária, o Projeto de Lei n.º 1865, do Executivo, em uma única votação, por 6 votos contrários e 4 a favor.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Em, 28 de dezembro de 2001.

Ver. Carlos Marion G. Schnadelbach
Presidente